



## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

## PROCESSO 5643/2025

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 1.177**, do **PREFEITO MUNICIPAL**, que altera dispositivos da Lei Complementar Municipal n° 499, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos, relativos às férias e às férias prêmio dos servidores públicos municipais.

## **PARECER N° 31**

Trata-se da análise do Projeto de Lei Complementar n° 1.177, de autoria do PREFEITO MUNICIPAL, que altera dispositivos da Lei Complementar Municipal n° 499, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos, relativos às férias e às férias prêmio dos servidores públicos municipais.

Ao que competente a esta Comissão, verificamos que a propositura é de extrema relevância, pois objetiva aprimorar as regras referentes às férias e às férias prêmio dos servidores públicos, e, conforme manifestação da Diretoria Financeira da Edilidade, expressa no Parecer n° 38/2025, não apresenta nenhum impacto financeiro-orçamentário.

Igual sentido tem o entendimento da Procuradoria Jurídica, através do Parecer n° 671, atestando a sua constitucionalidade e legalidade, inexistindo, portanto, quaisquer óbices a regular tramitação do presente projeto de lei.

Diante do exposto, este relator consigna <u>voto favorável</u> à tramitação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2025.

## TIAGO LEANDRO Presidente e Relator

**DANIEL LEMOS DIAS PEREIRA** 

ADILSON ROBERTO PEREIRA JUNIOR

**FAOUAZ TAHA** 

**ROMILDO ANTONIO DA SILVA** 







